

Ficha de unidade curricular

Curso de **Mestrado em Direito e Prática Jurídica**

Unidade curricular

Direito Administrativo do Ambiente

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Heloísa Oliveira (2h/semana)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

A proteção ambiental concretiza-se diariamente através da ação da administração pública. O objetivo de aprendizagem desta disciplina é a obtenção um conhecimento transversal de regimes especiais de direito do ambiente (transversais, como a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento ambiental, mas também setoriais, como água e resíduos) e as suas especificidades em relação ao direito administrativo geral. Pretende-se com esta disciplina que os alunos fiquem aptos à identificação das situações da vida reguladas pelo direito do ambiente e à aplicação prática da regulação jurídica (em termos substantivos e adjetivos).

Através dos métodos a implementar, os alunos deverão desenvolver também competências ao nível da pesquisa de fontes de informação (jurídica e extrajurídica), compreensão crítica e procura de soluções jurídicas para resolução de problemas, trabalho em equipa, assim como de competências lógico-argumentativas.

Conteúdos programáticos

I. Enquadramento

1. O objeto do direito administrativo do ambiente
2. Características do direito administrativo do ambiente
3. Princípios de direito administrativo do ambiente
4. Áreas conexas do direito administrativo
 - 4.1. Planeamento e ordenamento
 - 4.2. Contratação pública
5. Políticas públicas ambientais: transição energética e circularidade

II. Instrumentos preventivos

6. A avaliação ambiental
7. A licença ambiental
8. Proteção da natureza
9. Lei da água
10. Gestão de resíduos
11. Regime Seveso

III. Instrumentos reparatórios

12. O regime de reparação de danos ambientais
13. Outros regimes gerais e setoriais com deveres reparatórios

IV. Instrumentos de desempenho ambiental

14. Ecogestão e auditoria
15. Rótulo ecológico

V. Instrumentos sancionatórios e fiscalização

16. Enquadramento geral
17. Contraordenações ambientais

VI. Participação, informação e acesso à justiça

18. Princípio da participação
19. Acesso à informação ambiental
20. Legitimidade processual popular

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abordam e aprofundam de forma transversal os vários instrumentos legais de direito administrativo que têm como finalidade a proteção ambiental. A perspetiva transversal adotada permite obter um conhecimento compreensivo do ordenamento jurídico ambiental e uma perspetiva crítica quanto às suas omissões e incoerências.

Método de ensino (avaliação incluída)

Serão indicadas as leituras a efetuar antes de cada aula, desenvolvendo-se o trabalho de análise crítica das questões em conjunto na aula, entre alunos e com mediação pelo professor, através do recurso a métodos de discussão argumentativa, resolução de problemas e estudo de caso. No final de cada aula, será feita pelo professor a sistematização conclusiva das leituras e dos trabalhos desenvolvidos. Cada aluno aprofundará um tema à sua escolha para efeitos de elaboração de um pequeno trabalho escrito, que deverá ser desenvolvido ao longo do semestre, com acompanhamento pelo docente.

Além do exame obrigatório, a avaliação assenta nos elementos na participação nas aulas e na elaboração de um trabalho sobre tema do programa

Demonstração da coerência dos métodos de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O método de ensino é focado na aprendizagem ativa do aluno com trabalho prévio individual, sendo a exposição complementar e sistematizadora. O método permite a individualização na relação entre professor e aluno e acompanhamento da evolução do processo de aprendizagem, bem como a flexibilização em torno das temáticas preferenciais (sendo livre, ainda que sob orientação, a escolha do tema do *paper*). O trabalho conjunto que se propõe é, comprovadamente, o mais apto à construção consolidada do conhecimento pelo aluno e ao desenvolvimento de competências gerais de compreensão de temas, resolução de problemas e análise crítica, e de capacidades lógico-argumentativas.

Bibliografia principal

- AMADO GOMES, CARLA, *Introdução ao Direito do Ambiente*, 4.^a ed., Lisboa: AAFDL, 2018.
 - *Risco e Modificação do Acto Autorizativo Concretizador de Deveres de Protecção do Ambiente*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
 - *Textos dispersos de Direito do Ambiente*, 4 vols., Lisboa: AAFDL, diversas datas.
- AMADO GOMES, CARLA / ANTUNES, TIAGO (Orgs.), *A responsabilidade civil por dano ambiental. Actas do Colóquio. Faculdade de Direito de Lisboa, dias 18, 19 e 20 de Novembro de 2009*, Lisboa: ICJP, ebook, 2010.
 - *A revisão da Lei de Bases do Ambiente: Actas do Colóquio. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, dias 2 e 3 de Fevereiro de 2011*, Lisboa: ICJP, ebook, 2011.
- AMADO GOMES, CARLA / HELOÍSA OLIVEIRA (Eds.), *Tratado de Direito do Ambiente*, vol. I – *Parte geral*, Lisboa: CIDP/ICJP, ebook, 2021.
- ANTUNES, TIAGO, *Pelos caminhos jurídicos do ambiente – verdes textos*, Lisboa: AAFDL, 2014.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

- CARVALHO, RAQUEL, “Da contratação pública sustentável à contratação pública circular: o objeto da procura e o modelo de gestão”, in Miguel Assis Raimundo (Org.), *Concorrência e Sustentabilidade: Dois Desafios para a Contratação Pública: Actas das II Jornadas de Direito dos Contratos Públicos (30 de Setembro a 2 de Outubro de 2020, FDUL)*, Lisboa: AAFDL, 2021, pp. 83-108.
- KRÄMER, L./ORLANDO, E., *Principles of environmental law*, vol VI, Edward Elgar Publishing, 2018.
- OLIVEIRA, HELOÍSA, *A reparação do dano ambiental*, Lisboa: AAFDL, 2022.
 - “Circular economy: from economic concept to legal means for sustainable development”, *e-Pública*, 2(7), 2020, pp. 73-93.
- PEREIRA DA SILVA, VASCO, *Verde Cor de Direito - Lições de Direito do Ambiente*, Coimbra: Almedina, 2002.
- SOUZA D'ALTE, TIAGO/RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS, "O regime de avaliação ambiental de planos e programas e a sua integração no edifício da avaliação ambiental", *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, (nº 29/30 (Janeiro-Dezembro), 2008, pp. 125-156.